

BRASIL — Rio G. do Norte — MOSSORÓ

**B
O
L
E
T
I
M**

Ano IV

Número 44

31 de Jan. de 1952

Diracção de

{ ASSIS SILVA e
ROMEU REBOUCAS

Bibliográfico

Orgão Mensal da Biblioteca Pública Municipal de Mossoró
e do Museu Municipal de Mossoró

Criados e Instalados pelo Prefeito DIX-SEPT ROSADO
5 de Abril e 30 de Setembro de 1948

Junho de 1953

Tipografia ESCOSSIA

Rua Cel. Vicente Saboia, 149
Mossoró

A Serviço de Mossoró

- XVI -

Rio, 29 de Dezembro, 1910 (4 horas tarde)

Rosado — Mossoró

Ultima sessão amanhã apesar esforços representação amigos parece impossível. Orçamento prefere a tudo. Autorização renovada, contemos proxima vitoria.

Antonio Oliveira.

Mossoró, 30 de Dezembro, 1910

Dr. Antonio Oliveira

Rp 20 Casa Forte — Rio

Diga como devemos pedir Marechal Hermes ou Seabra incluir Chrockat comissão estudos Estrada. Anciosos noticias.

Rosado.

Rio, 30 Dezembro, 1910

Zinha — Mossoró

Pedido projeto Estrada Mossoró Francisco submetido Congresso intermedio associação. Desejamos feliz ano novo.

Uslande.

Natal, 30 Dezembro, 1910

Comercio Mossoró — Mossoró

Governador Telegrafou deputados recomendando empenho passagem projeto estrada. Meira recebeu telegrama Severino dizendo projeto seguira imediatamente Camara.

Dionizio Filgueira.

Mossoró

551/29 Deputado Gumercindo Bessa ausente desta Capital.

551/29 Deputado Paulo Guimarães porteiro Camara diz que destinatario é falecido.

Rio, 21 Dezembro, 1915

Rosado — Mossoró

Chrockat deixou chefiar importantissima comissão devido estrada. Magnifico prenuncio.

Antonio Oliveira.

Rio, 31 Dezembro, 1910

Manoel Benicio off.

Prestei franco apoio projeto ligação Mossoró interior São Francisco.

Saudações

Serafico Nobrega.

Rio, 31 Dezembro, 1910

Doutor Felipe Guerra — Mossoró

Prestei franco apoio projeto ligação S. Francisco. Diga signatarios telegrama votei viação emenda vencedora mesmo sentido. Verba contra sêca elevada 3.300:000\$000. Diretoria empreende grandes obras interior ribeira Peranhas.

Saudações

Serafico Nobrega.

PORTALEGRE

(Do livro de autoria do prof. Assis Silva, a publicar)

DEDICATÓRIA

- A minha esposa Maria Regina da Silva,
natural do heróico município sertanejo.
- À minha querida filha Verônica,
nascida na aurora do dia 30 de maio de 1939,
na cidade de Portalegre.
- A Francismar e demais filhos meus.
- Ao amigo João Almino de Sousa, um dos cultores da História Pátria,
entre nós.
- Ao cultor das musas em Mossoró, Barôncio Carlos da Silveira,
o tributo da minha amizade
- Ao grande historiador brasileiro, Luiz da Câmara Cascudo,
o preito sincero de minha admiração.
- Ao prof. Antônio Fagundes, minha homenagem de respeito
e consideração.
- A todos quantos me auxiliaram direta ou indiretamente na elaboração
dêste modesto trabalho, especialmente, aos prezados senhores:
- Vingt-un Rosado
Des. Antônio Soares
Dr. João Vicente da Costa
Antônio Alvino de Sousa
Manuel de Freitas Nobre
Raimundo Rodrigues Torres
Vicente do Rêgo Filho
Augusto Mafaldo de Oliveira
Adolfo Paulino de Figueiredo,
- Sinceramente,
Francisco de Assis Silva

Mossoró, março de 1942.

Primeira Parte

HISTÓRIA

PORTALEGRE (*) (Origem de sua denominação)

Antônio Soares

Portalegre, situada sobre a serra do mesmo nome, na extrema O. do Estado, é uma das mais antigas vilas do Rio Grande do Norte. A sua história remonta aos meados do século XVIII e é rica de interessantes e heróicos episódios.

As lutas contra os índios, a revolução republicana e a campanha abolicionista deram a Portalegre um lugar de destaque entre as comuns rio-grandenses.

A despeito disso, o registro se fez com lastimável descaso pelo nome designativo do cenário onde correram, nome cuja origem, ademais, deixamos que se perdesse no emaranhado de opostas tradições.

Não bastava a confusão resultante de apelidos diversos, dados e substituídos em diferentes épocas — Serra do Pody, de San'Ana, do Regente, dos Dormentes, de Dona Margarida e da Vila; até o momento tornando definitivo, passou a ser, na própria escrita oficial — Porta Alegre, Port'Alegre, Porto Alegre... As leis e os arquivos públicos oferecem farto testemunho dessa incúria.

(*) "Leituras Potigüares" -- Antonio Fagundes -- Calvino Filho-Editor-1933.

É sabido que a serra, de grande valor agrícola, e com a denominação de Sant'Anna, fôra concedida em sesmaria nos anos de 1747 e 1749, aos portugueses Carlos Vidal Borromeu e Clemente Gomes de Amorim, os quais a não demarearam no prazo legal, caindo em commisso a concessão. Aconteceu que, em 1761, os criadores de Apodi, prejudicados pelos índios, pediram ao govêrno a retirada dos mesmos para lugar onde pudessem viver da agricultura "visto terem eles abandonado a vida da caça e da pesca para viverem da rapinagem". (Nonato Mota, crônica publicada na Rev. do Instituto Histórico e Geográfico, vols. XVIII e XIX, pags. 58 e seguintes).

Deferida a petição, o governador de Pernambuco enviou o Juiz de Fora de Olinda, Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, com a incumbência de dar execução ao despacho. Para a localização dos gentios foi, então, escolhida pelo dito juiz a serra de Sant'Ana, ou do Regente, onde, aliás, já existiam alguns moradores, com capela.

Fixado o edital, o dia 12 de junho (1761) para a mudança dos índios, partiram eles nessa data, acompanhados do dr. Caldeira Castelo Branco, outras autoridades e força pública, com destino a Sant'Ana, acampando a 24 nas proximidades da serra, à margem de uma lagoa a qual, em homenagem a esse dia, recebeu o nome de **S. João**, que ainda hoje conserva.

A tradição informa que, ao chegar o dr. Caldeira, no mesmo dia, ao cimo da serra, olhando por uma aba da mesma e vendo o panorama agradável de vedura do sertão, dissera as seguintes palavras: É uma **Porta Alegre!** Desde êsse dia — acrescentaram — a serra de Sant'Ana ficou se chamando Port'Alegre. (Ver cit. crônica).

Há outras tradições quanto à origem da denominação; estas, como aquela, sem fundamento aceitável, por se mostrarem em desacôrdo com a verdade dos fatos.

Não queremos comentar o despautério dos que escreveram Pôrto Alegre, imaginando a existência de um pôrto em pleno sertão e num trecho em que não há sequer um rio navegável. Merece, porém, ligeiras considerações. Sem outro apoio que uma vaga tradição que outros se opõem, a frase não tem ao que nos parece, o menor indício de autenticidade.

Portalegre possui, realmente, muitas paisagens pitorescas e alegres; mas, quem quer que aviste olhando de qualquer ponto do cimo da serra para o **panorama de vedura do sertão**, jamais ligará a êsse panorama, obscuro e longinquo, a idéia de porta ou entrada. Também não é a **entrada** do arruamento que se vê o mais alegre nem o mais belo dêsse aspecto.

A frase, já de si pouco expressiva, não se ajusta com rigor à aplicação que lhe querem dar. Preferíamos crêr que a não tivesse pronunciado o illustre juiz, homem titulado, de regular cultura literária.

A história documentada diz que a vila foi ereta a 3 de dezembro de 1761, e o nome lhe foi dado **nessa ocasião**, como se vê do termo de levantamento do pelourinho: "... Real, Real, Viva o Senhor D. José I de Portugal, o que repetiram todas as circunstantes em sinal de seu fiel reconhecimento pela mercê que receberam na ereção desta nova vila que o **sobre-dito Ministro apelidou com o nome de Port'Alegre**..." (Revista cit. pág. 83).

Excluída, assim, a versão mais corrente sôbre a origem da denominação, e diante da peça oficial, o nosso pensamento se volta para um outro fato mais comum naquêles tempos — o de dar-se a novas localidades da colônia as denominações de cidades, vilas ou simples povoações de Portugal, quando não se manifestava preferência pelo **santo do dia** ou por alguma característica especial da região. Quase todos os atuais Estados do Brasil possuem exemplos dessa prática, notadamente os de Pará, Maranhão, Baía, Espirito Santo e Rio de Janeiro.

Aquí mesmo, a nossa cidade de Macau teve o seu nome dado pelos portugueses que a situaram ao tempo em que abandonaram a ilha de Manuel

Gonçalves, submersa ali perto, nas proximidades da embocadura do rio Amargoso.

Portolegre é também uma antiquíssima cidade de Portugal, cabeça de concelhos na Província de Alemtejo. A nossa convicção é que daí veio o nome da lendária vila riograndense por inspiração do juiz Caldeira Castello Branco, presidente no ato solene da instalação e legítimo representante de S. M. D. José I, de Portugal.

Alguém poderá objetar que é isso, igualmente, uma hipótese. Concordamos; mas ninguém negará que ela assenta, pelo menos, em melhores presunções. As autoridades no assunto, ou os conhecedores, porventura, de **provas** que nos faltaram, refutem, sem cerimônia, as nossas desprezíveis razões; e experimentaremos, mais uma vez, a natural satisfação dos que amam conhecer a verdade.

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (volumes XVIII e XIX — Nº 1 e 2 — 1920 e 1921) publicou o seguinte, a respeito:

PODY OU APODY — Foi este o primeiro nome que deram à Serra de Port'Alegre e rio Apody.

É inteiramente desconhecida a sua origem. Atribui-se que foi devido ao grande Potiguassú, chefe da Nação Potiguar, cujos domínios se estendiam até às margens do referido rio, ou à erva Pitum (fumo), que os índios cultivavam naquela serra.

Candido d'Almeida, nas suas "Memórias para o Estado do Maranhão", pág. 24, diz: "O território habitado pelos potiguares acha-se compreendido entre os rios Paraíba e Apodi".

João de Laet, no seu "Novum Orbis", diz mais originariamente que o atual rio grande "Petumgi" ou Petigi, quer dizer rio, do Pitum, erva que chamamos fumo ou tabaco, e de que os índios faziam grandes plantações naquele rio e daí o nome de **Patumgy**, dado ao rio e logicamente o de "Potyguares" aos corrutela da palavra "Petumgy" e o verdadeiro nome da tribo que ocupava o território do Rio Grande, derivando-se do nome indígena do rio, e "Potiguar", que, por corrutela se pronuncia "Potiguar". Na serra de Port'Alegre, antes e depois de sua fundação, os moradores faziam grandes plantações de Pitum (fumo).

Ainda hoje não é errado atribuir-se uma cousa à outra.

Apody é palavra reformada de Pody, por ser de melhor pronunciada.

Até os começos do século de 1700, encontra-se nos documentos públicos o seguinte: "Serra do Pody", margem do rio Pody, &

Depois da sentença do Reimão na questão entre Pitas e Nogueiras reformaram a palavra de Pody para Apody.

SERRA DE PORTALEGRE — O seu primeiro nome foi serra do Pody. Em 1684, Manuel Nogueira, visitando aquela serra, inficou um tóro de madeira lavrado em quatro faces (dormente), passando a chamar-se Serra dos Dormentes.

A agricultura era inteiramente desconhecida no sertão. Os poucos habitantes, com excessão dos índios, viviam da indústria pastoril, por isso ficou em esquecimento aquele ubérrimo território até 1714 e 1749, quando foi situado pelos portugueses Clemente Gomes de Amorim e Carlos Vidal Borromeu.

D. Margarida de Freitas, mulher de Carlos Borromeu, construiu uma capela onde existe hoje a vila de Port'Alegre, para N. S. Sant'Ana. Devido a isso, passou a chamar-se Serra de Sant'Ana.

Caindo em comisso por não terem os concessionários demarcado a terra no prazo marcado pela lei, passaram as terras devolutas (matas) ao reguengo, sendo administradas ou regidas pelo capitão-mor e Governador

do Rio Grande do Norte, ficando então conhecida por Serra do Regente.
A 8 de dezembro de 1761, foi erigida vila com o nome de Vila de Portalegre.

A Secretaria Geral do Estado, em seu "Boletim de Informações e Propaganda", nº 10 (1938), na relação dos municípios norte-rigrandenses, publicou o seguinte:

"PORTALEGRE — Nome de cidade do Alentejo, em Portugal. As três primeiras vilas do Rio Grande do Norte tiveram denominações alemtejanas: "Estremos, Arês e Portalegre. Criado em 8 de dezembro de 1761 com o nome de "Vila do Portalegre", segundo documentos coevos. Noutras informações a vila possuiu inicialmente o nome de "Vila do Regente", mudada pelo Presidente em Conselho de Governo, ato de 11 de abril de 1833, para Portalegre. Mas parece ter sido a serra denominada "do Regente" ou melhor "da Regencia", por haver terras devolutas arrendáveis. "Vila de Protalegre" era o tratamento oficial cinco anos antes. Cidade pelo decreto estadual nº 457, de 29 de março de 1938".

PRIMITIVOS HABITANTES E PRIMEIROS POVOADORES

"Quando os primeiros exploradores do sertão penetraram na ribeira do Apodi, já eram conhecidos pelo seu nome indígena o rio e a lagoa, até onde é crença que chegaram os expedicionários de Alonso de Hojeda.

Este rio foi a estrada de penetração para o alto sertão. Adiante dos taboeiros de Caraúbas, as serras que se erguem a pique, em pleno chapadão como castelos ciclópicos cercados de verdura, apresentam uma abertura que dá a idéia de uma porta gigantesca, através da qual se vê, de lado a lado, o céu muito azul e as planícies viridentes, pela verdura dos campos, na época do inverno, pintalgados das cores berrantes das flores silvestres. Porta Alegre foi a denominação que acudiu aos viandantes para aquela passagem original e pitoresca e Port' Alegre ficou a denominação do fértil município daquela região sertaneja". (Manuel Dantas — "Homens de Outrora" — Pág. 74 e seguintes).

"OS ÍNDIOS DO APODI" (*) — Com o falecimento de Manuel Nogueira Ferreira, e a retirada de seu genro português Carlos Vidal Borromeu, para a Serra de Sant'Ana, antiga Pody, foram os índios se apoderando não só das terras a eles doadas, como das dos proprietários e desenvolvendo grande perseguição aos gados dos fazendeiros.

Em 1761, os criadores do Apodi se queixaram ao governo, pedindo para retirar os tapuyos Payacús e seus agregados para um lugar onde pudessem viver da agricultura, visto terem eles abandonado a vida da caça e da pesca para viverem da rapinagem.

O Governador de Pernambuco mandou o dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco retirá-los da antiga Aldeia do Apodi, para um lugar onde pudessem viver da agricultura.

A Serra de Sant'Ana (antiga (Pody) fundada pelos Portugueses, Carlos

(*) "Em começos do século XVIII, foram os Monxorós evacuados para a serra dos dormentes em Portalegre, sendo em 1749, vencidos pelos Paiacus, auxiliados por Carlos Vidal Borromeu e Clemente Gomes de Amorim, e dispersados, e, finalmente, absorvidos por outras tribus mais fortes". Vingt-un Rosado — MOSSORÓ — pág. 16".

Vidal Borromeu e Clemente Gomes de Amorim, que a obtiveram por concessões de datos nos anos de 1747 e 1749, tinha caído em commisso por não terem eles demarcado no quinquênio, como a lei exigia. Caldeira, percorrendo o centro do sertão, foi o lugar mais próprio que encontrou, não só pela fertilidade de seu solo, como pelonúmero de moradores, para erigir vila e mesmo por existir uma Capela, fundada pelos primeiros povoadores.

Participando ao governo mandou este a Carta Régia da Rainha de Portugal, para ser lida em presença dos índios e ordenando que aguardasse as suas ordens, que o mais breve possível remetaria as instruções necessárias para a ereção da dita vila.

CARTA REGIA — "Luiz Diogo Lobo da Silva, Governador de Pernambuco. Amigo: Eu, El-Rei vos envio muito Saudar. Pelo Alvará, com força de lei, expedido aos oito de maio do presente ano, fui servido auxiliar e ampliar o beneficio do Breve do St^o Benedito XIV e das minhas leis de seis e sete de junho do ano de mil setecentos e cinquenta e cinco, para liberdade de quantos havia concedido somente aos índios do Maranhão, fosse restituída a todos que habitem o continente do Brasil, como lhes era devido pelo direito natural e divino, de que por tantos anos se haviam feito as mais perniciosas transgressões, e porcue na boa e pronta execução das sobreditas Constituições Apostólicas e Leis Régias se interessa muito o serviço de Deus meu, sou servido ordenar-vos que logo que receber esta, faça dar as sobreditas leis devida e plenária execução restituindo aos índios de todas as aldeias desta Capitania, a inteira liberdade de sua pessoa, bens e comércio, na forma que nela tenho determinado, dando-lhe todo favor e proteção de que necessitarem, até serem constituídos na mansa e pacífica posse da referida liberdade, fazendo-lhes repartir as terras competentes por nova Carta de Sesmaria, para suas lavouras e comércio, nos distritos das vilas e lugares que de novo se erigirem nas Aldeias, que hoje como no futuro tiverem os referidos índios, os quais denominareis com nomes dos lugares deste Reino, que bem vos parecer, sem atenção aos nomes bárbaros que teem atualmente, dando a todas ditas aldeias a forma de Governo civil, que devem ter, segundo a capacidade de cada uma delas, na mesma conformidade, que se acha praticado no Estado do Maranhão, com grande aproveitamento do meu serviço e do bem comum dos meus vassallos, nomeando logo e pondo em experiência naquelas mesmas Paróquias, digo Povoações, os serventes dos officios das Câmaras, da justiça e da Fazenda, elegendo para elles as pessoas que vos parecer idôneas, dando-me conta de tudo que achardes permitido, por modo algum que os religiosos, que até agora se arrogaram o governo secular das ditas Aldeias, tenham nelas a menor ingerência contra a proibições do Direito canônico, das constituições apostólicas e dos seus e meus institutos de que sou protetor nos meus Reinos e domínios. Os abusos que os mesmos institutos regulares se tinham feito fazendo mediante a dita reforma cessar os escândalos dos mesmos abusos resultando nesses domínios mais remotos, vendo se nêles reduzidos os sobreditos religiosos aos limites de seu santo ministério para nêles dar exemplo digno de edificarem, como são obrigados; o que tudo executareis nesta conformidade de plano, sem figura de juízo e sem admitti rrecurso algum que não seja para minha Real Pessoa, não obstante a qual procedereis sem opposição de que nesta e nas referidas leis, regimentos, ou ordens em contrario, que todos hei por derogados para este effeito; sómente. Escrita em Bethlem, aos quatorze de setembro de mil setecentos e cincoenta e oito. Rainha".

Lida a Carta Régia em uma das missas conventuais, mandou Caldeira pregar um Edital na porta da Matriz de São João Batista do Apodi, marcando o dia 12 de junho para se reunirem os índios da antiga Aldeia do

Apodí e seus agregados, na Matriz de São João Batista, afim de seguirem no mesmo dia para a serra de Sta. Anna, onde pretendia erigir Vila”.

EDITAL — “O Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco, Juiz de Fóra da cidade de Olinda e Vila de Sto. Antônio de Pernambuco, Procurador dos ausentes com acesso e relação da Baía e conservador do comércio da companhia geral da dita capitania de Pernambuco, e destinado para os novos Estabelecimentos dos Índios destes Sertões, com alçadas, por sua Magestade, a qm. Ds. Ge., &.

Faço saber a todos que este Edital virem ou dêle notícia que determinando El Rei Nosso Senhor pelo Alvará de seis de junho de mil e setecentos e cincoenta e cinco, executado inviolavelmente nas palavras seguintes: “E para que ditos gentios que assim descerem e os mais que há dispersos melhor se conservem nas aldeias, hei por bem que sejam senhores de suas fazendas como são no Sertão, sem lhe poderem ser tomadas, nem sobre elles si lhes fazer moléstia, que o Governador compareça aos ditos religiosos (fôlha do tempo em que havia junta de Missões) e assinarem aos que descerem do Sertão, lugares convenientes para elles lavrarem e cultivarem, e não poderão ser mudados dos ditos lugares contra suas vontades, e nem serão obrigados a pagar fôro ou tributo algum das ditas terras, ainda que estejam dadas em sesmaria às pessoas particulares, porque nas concessões destas se reservam sempre os prejuizos de terceiros, muito mais dos Índios, senhores dêles”. Em observância desta determinação examinei, procedendo de acôrdo ao Revmo. Bispo e Ilmo. e Exmo. Governador Capm. General, as terras mais visinhas da antiga Aldeia do Apodí, para aplicar as que fossem convenientes para a cultura dos Índios da dita aldeia e seus agregados, e porque as únicas capazes para dito efeito e erigir vila são as da Serra de Sta. Anna ou do Regente, determinei marcar o dia 12 de junho próximo vindouro, para reunirem-se nesta matriz todos os Índios desta velha Aldeia e seus agregados, com o fim de seguirem no mesmo dia para a referida Serra, onde pretendo erigir vila, logo que cheguem as instruções necessárias do govêrno, para este fim. E para que se não possa alegar ignorância contra a sobredita determinação e meu procedimento, mândei fixar este edital, que assinado por mim se fixará no lugar Público, para que venha a notícia a todos. Matriz das várzeas do Apodí, treze de maio de mil setecentos e sessenta e um. (a) Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco. Escrevi e assinei. Francisco Xavier Gaio, escrivão nomeado para os novos Estabelecimentos dos Índios destes Sertões”.

Certifico que o Edital de cujo é a presente cópia, fixei na porta da Matriz de São João Batista, por ser o lugar mais Público, e para a referida verdade do que consta se passou a presente. Matriz das várzeas do Apodí, treze de maio de mil e setecentos e sessenta e um. Francisco Xavier Gaio.

PARTIDA DOS INDIOS DO APODÍ — Na manhã do dia 12 de junho de 1761, reuniram-se cêrca de 70 e tantas famílias de índios na frente da Matriz de São João Batista do Apodí, aguardando a hora da partida. Depois de celebrada a Missa, pelo cura do Apodí, Pe. João da Cunha Paiva, leu o Juiz Caldeira em altas e inteligíveis vozes, os Alvarás de 6 de junho de 1775 e do 1º de abril de 1630. As 3 horas da tarde, o som da caixa e o repicar dos sinos anunciavam a hora da partida. Os índios, escoltados pela força pública, sob as ordens do Tente. Cel. José Gonçalves da Silva, seguiram para a Serra de Sta. Anna. Acompanhavam o Juiz Caldeira, o escrivão Gaio, Antônio Alvino do Amaral, Curioso de Geometria e do instrumento da Bússola e Sebastião Gonçalves da Silva, ajudante da corda, com que se demarcavam terras do Sertão. No dia 13 do dito mês chegavam as margens do Rio Apodí, lugar onde deviam reunir-se-lhes os índios que habitavam nas margens do mesmo rio. Em comemoração a esta data e ao Santo do

mesmo dia, ficou se chamando Sto. Antônio, que ainda conserva. No dia 23, pernottaram nas margens duma lagôa, onde Caldeira mandou fazer uma grande fogueira e rezar um terço em louvor do Glorioso São João Batista; em comemoração a esta data se ficou chamando Lagôa de São João, que ainda conserva. No dia 24, subiram a Serra de Sta. Ana e ao chegarem ao cimo da serra, o Juiz Caldeira, olhando por uma aba da mesma serra e vendo o panorama agradável de verdura do Sertão, disse as seguintes palavras: "É uma porta alegre". Dêsde êste dia se ficou chamando a Serra de Portalegre, que ainda conserva.

Em novembro recebeu o juiz Caldeira o Aviso do Secretário do Estado da Marinha e Dominio Ultramarino, expedido a 17 de julho do dito ano, com as instruções necessárias para a ereção da dita vila.

CREAÇÃO DA VILA DE PORTALEGRE — No dia 8 de dezembro de 1761, foi erigida vila a Serra de Sta. Ana, com o nome de Vila de Portalegre. Em comemoração às grandes festas celebradas por ocasião da chegada dos índios do Apodí, no dia 24 de junho, e ereção da vila no dia 8 de dezembro, tomaram como padroeiros São João Batista e Nossa Senhora da Conceição.

Vilados os índios do Apodí, tratou a Câmara Municipal daquela Vila de aforar os melhores terrenos para os habitantes do lugar, reservando somente a êste e à preferência dos cargos públicos dos portalegrenses, deu lugar à rivalidade dos índios do Apodí com os moradores do lugar. Rebutando a revolução de 1817, os índios perseguidos com recrutamento, internaram-se nelos Carirís, voltando somente depois de terminada a guerra. Em 1825, voltaram dos cárceres da Baía, o Cel. de Milícias José Francisco Vieira de Barros e seus companheiros de infortúnio. Aquêl, chegando a Portalegre, encontrou a serra anarquizada e a cadeia cheia de presos. Informado de que a causa da anarquia que ali reinava, era ter a Câmara Municipal aforado os terrenos dos índios, na ausência dêles e queimado suas palhoças, mandou soltar todos os presos e aforar terrenos aos mais exaltados. Julgava Vieira de Barros, que, com isto, serenava a ira aquêies selvagens, e que voltaria a paz que todos almejavam.

Uma manhã, os índios reuniram-se e atacaram a vila de Portalegre, travando luta com os moradores da vila, da qual resultou a morte do delegado de Polícia, Capm. Bento Inácio de Bessa e o suicídio do cel. Vieira de Barros. Restabelecida a ordem foram os índios presos e algemados, segundo escoltados para a cadeia da cidade de Natal. Ao chegarem ao pé da serra entre o sítio "Viçosa" e a vila de Portalegre, levantaram uma grande cruz, e depois de rezarem um terço foram os presos passados pelas armas. Foram autores de tão horrível carnificina, entre outros, Antônio Bezerra, Florêncio de Albuquerque, Antônio Caboba e Joaquim Cavalcanti. Quem viajar entre o sítio "Viçosa" e Portalegre, verá próxima à entrada a cruz e as sepulturas daqueles que foram os primeiros povoadores dêste Sertão. Os criminosos nada sofreram, e o resto dos índios, inclusivel as famílias das vítimas, retiraram-se para os centros dos Carirís, e não voltaram mais".

PORTALEGRE E A REVOLUÇÃO DE 1817 — "O Cel. de Milícias José Francisco Vieira de Barros, ao ter conhecimento do movimento revolucionário na cidade do Natal e desejando que êle se estendesse a todo o centro do Sertão, convocou uma reunião política na vila de Portalegre, em casa de residência do Pe. João Barbosa Cordeiro, vigário da Freguesia, onde lavraram uma ata de adesão ao governo de André de d'Albuquerque Maranhão. Foram êstes os que tomaram parte na reunião e assinaram a ata: — Pe. João Barbosa Cordeiro, Capm. Leandro Francisco Cavalcanti d'Albuquerque, Capm. Leandro Francisco Bessa, Cel. José Francisco Vieira de

Barros, de Portalegre; Capm. Antônio Ferreira Cavalcanti, do Martins; Felipe Bandeira e Felipe Bandeira Filho, do Patú; Pe. Faustino Gomes d'Oliveira, Capm. José Ferreira da Mota e Capm. Manuel da Silveira, do Apodí; Cel. João Francisco Fernandes Pimenta, José Alexandre Pimenta, Manuel Fernandes Pimenta, Capm. José de Sá Cavalcanti e Capm. Manuel Alves Maia, do Catolé do Rocha.

O seminarista José Ferreira da Mota, que se achava no Seminário de Olinda, reunido a uma pleiade de seminaristas, aderiu ao movimento republicano de Pernambuco, e escreveu a seu pai Capm. José Ferreira da Mota, para mandar uma pessoa de confiança a Pernambuco, para levar instruções e tramas da revolução. Na reunião política de Portalegre, foi escolhido o Sargento-mór Manuel Fernandes, para ir a Pernambuco, para entrevistar-se com os principais chefes revolucionários dali. Manuel Fernandes, chegando-se boiadeiro seguiu até Itabaiana, daí até Pernambuco, onde, depois de conferenciar com os chefes republicanos, voltou sem nada soirer.

Proclamada a República no dia 25 de março, em Natal, foi escolhido para fazer parte do governo provisório de André de Albuquerque Maranhão, o Coronel de Milícias José Francisco Vieira de Barros.

Esta notícia foi recebida em Portalegre com vivas à República, havendo passeatas e grande regosio no povo.

O Pe. Cordeiro, vigário da Freguesia, depois de celebrar a missa conventual, subiu ao púlpito e fez uma bela alocução, felicitando os seus paroquianos por ver a sua pátria livre. O mesmo fez o Pe. Faustino Gomes, no Apodí.

Hasteado o pavilhão Republicano em Portalegre e Catolé do Rocha foram logo depostas as autoridades policiais destas duas vilas e nomeadas outras.

Com a derrota dos revoltosos do Rio do Peixe, o Cel. Vieira de Barros percorreu o centro do Sertão do Rio Grande do Norte, ajuntando gente para bater as forças inimigas.

Por toda a parte choviam adesões e a vila de Portalegre ficou um arsenal de guerra. Prêsos os chefes republicanos em Natal, e abafada a revolta, foram prêsos em Pernambuco o seminarista José Ferreira da Mota e Cel. Fernandes, sendo este solto por provar a sua inocência. Enquanto isto se dava pelo Natal, a revolução no centro do Sertão, dia a dia tomava proporções medonhas.

Os Ceis. Vieira de Barros e João Francisco trabalharam com atividade recrutando gente para ajudar a bater as forças do governo no Rio do Peixe.

Chegando a Portalegre a notícia da derrota dos chefes republicanos em Natal, e ao desembarque das forças do governo em Mossoró e Macau, foi grande a desanimação nos republicanos, e ainda mais quando souberam da chegada das forças do governo ao rio do Peixe e em Pau dos Ferros.

Vieira de Barros conferenciou com todos os chefes republicanos, ficando assentado que todos deveriam reunir-se na povoação da Conceição do Arruda do Catolé do Rocha, afim de reunirem-se com as forças do Cel. João Francisco.

Prêsos os revoltosos de Portalegre, Martins e Patú, foram dadas buscas em seus papéis, onde encontraram vários documentos que foram logo lacrados e remetidos ao governo, não aparecendo a ata de 18 de janeiro. Pisada a pés e queimada a bandeira republicana em Portalegre, as forças do governo seguiram para o Catolé do Rocha, assassinando na fazenda "Curralinho" d'este município o moço José Alves Maia, que tinha ido despedir-se de seus pais, escapando de ser vítima o seu companheiro João Alves Seixas, pela velocidade de seu cavalo".

A Secretaria Geral do Estado, em seu "Boletim de Informações e Propaganda" sobre o RIO GRANDE DO NORTE, publicou a seguinte nota a respeito da Revolução de 1817 (edição de 1937).

"O século XIX encontrou-nos como uma capitania pequenina e pobre. A revolução de 1817 encontrou éco, instalando-se em Natal um governo republicano que durou de março a abril, e outro em Portalegre, ambos dissolvidos ante a marcha dos acontecimentos. Inúmeros foram os norte-riograndenses mandados para as prisões da Baía, tendo o chefe André de Albuquerque Maranhão sido assassinado na manhã da contra-revolução".

Agora vejamos o que nos diz também, a propósito, o grande historiador brasileiro Rocha Pombo, em sua célebre "História do Estado do Rio Grande do Norte":

"... no círculo de influência de André de Albuquerque, e com êste intimamente entendidos, estavam muitos dos homens mais considerados de Natal e de vilas do interior, principalmente da vila de Portalegre. Um dos pontos, que no interior se tornaram centros de agitação mais notáveis, foi a região do Apodí, sobretudo uma paragem magnífica, onde, ao alto de serras destacadas de vastas planuras, ficavam algumas povoações já bem regulares, sendo as mais importantes a vila do Regente ("), as freguesias da Serra do Martins, do Pau dos Ferros, do Patú e outras. Constituiu-se ali, principalmente naquela vila e na Serra do Martins, um núcleo poderoso de exaltados, que pouco a pouco foram espalhando a semente das novas idéias por toda a ribeira, e logo pelo vale do Jaguaribe e grande parte do interior do Ceará e do Piauí". (Págs. 233 e 239).

"Na vila do Regente (Portalegre) dêste muito que se centralizara a propaganda; e agora, assim que se soube das ocorrências da capital, agitaram-se os chefes, tanto da vila, como da Serra do Martins, de Pau dos Ferros, de Catolé do Rocha (Paraíba), do Patú, de toda aquela redondeza. Convocou logo o coronel de milícias José Francisco Vieira de Barros uma reunião de todos os chefes das visinhanças. Celebrou-se a assembléia na casa do vigário, padre João Barbosa Cordeiro, e a ela compareceram representantes de todas as localidades daquêle sertão. Deliberou-se, no meio de geral exaltação, aderir formalmente à Junta Provisória de Natal, dando-se logo a esta, bem como ao governo de Recife, e por emissários especiais, conta de tudo; e da sessão lavrou-se ata que foi por todos os presentes assinada. Houve nêsse dia (10 de Maio) grandes festas na vila". (pág. 250).

"No dia 26 de abril reuniu-se a Câmara; e depois de um solene protesto de fidelidade, "ratificando (como diziam os juizes do povo) dali por diante a nossa fiel vassalagem ao nosso amabilíssimo soberano", pelo qual "daremos a vida sem a menor saudade dela..." — resolveu se organizar governo interino, na forma da lei que regulava casos tais, isto é, constituindo uma Junta composta do vereador mais velho tenente Antônio Freire de Amorim, do comandante da tropa capitão Antônio Germano Cavalcanti de Albuquerque e do provedor da Fazenda Real tenente-coronel Manuel Inácio Pereira do Lago. Esta Junta nada teve que fazer ali de excepcional, pois a cidade entrou em plena normalidade, como si nada tivesse havido.

— O mesmo não se deu, porém, nalguns pontos do interior. Assim que entrara em exercício esta Junta Interina, expedira próprios para os diversos lugares dando noticia do que se fizera, para que em toda parte se hasteasse a bandeira real. Mas os positivos que se dirigiam para a região do Apodí foram coincidir em caminho com uma força paraibana que levava o mesmo rumo. Era essa força comandada por um Miguel César, emissário dos rebeldes de Pernambuco, ao qual se juntára, como representante do

governo paraibano, o terrível agitador David Leopoldo Targini. Prendendo os correios, soube destes Targini, pelas cartas, o que se dera em Natal; e sem esmorecer com o desastre, acelerou a marcha, e foi entrar na vila do Regente (Portalegre) com aquêlê aparato de forças. Encontrando apoio nos chefes mais entusiastas, que eram o vigário João Barbosa e o sargento-mór Vieira de Barros, pôs Targini em agitação todos aquêles contornos, e conseguiu ainda formar ali uma Junta Provisória, que substituisse na capitania do Rio Grande do Norte a que fôra dissolvida em Natal. (1)

Puseram-se em grande atividade aquêles exaltados, mantendo em armas alguns grupos em toda a ribeira do Apodi, e planeando logo invadir o Ceará por ali, enquanto pelo distrito de Icó avançariam com o mesmo intuito outras forças que se esperam da Paraíba. (2)

Mas durou muito pouco aquêlê novo alento. Suspeita-se mesmo que Targini tivesse guardado reserva quanto ao fracasso da revolução em Natal; pois só assim se explicaria aquela veicidade que em uma semana estava desvanecida. — Logo que se teve por ali notícia do que acabava de ocorrer em Natal, e em seguida na Paraíba, e principalmente do bloqueio de Recife pela esquadra de Rodrigo Lôbo, desiludiram-se, e de uma vez esmoreceram aquêles pobres homens, e “como o relâmpago desapareceu” a nova Junta”.

“Dentre os réus classificados pela alçada, no Rio Grande do Norte, segundo uma nota do Juiz Osório, convém citar: David Leopoldo Targini (réu a punir com penas imediatas) — cárcere perpétuo ou galés perpétua; Felipe Bandeira de Moura, Manuel Joaquim Palácios, José Joaquim Vieira de Barros, Leandro Francisco Bessa, Padre João Barbosa Cordeiro (para êste pedia-se degrêdo de cinco anos para Ângela), réus a perdoar”.

Ainda sôbre o assunto em evidência passarei a transcrever um interessante achado trazido à luz da publicidade pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, e referente aos fatos que estão ligados à história daquêles que tiveram seu papel de relêvo na vida política e social de Portalegre.

UM DOCUMENTO CURIOSO é a carta escrita pelo capm. Leandro Francisco Cavalcanti de Albuquerque ao capm. José Ferreira da Mota, e que damos a seguir:

Am.º. Mota:

Foram ontem remetidos para a Baía os nossos infelizes amigos. Chorei muito ao vê-los partir. Quem havia de pensar em semelhante desgraça. Não era o meu desejo reconhecer êste govêrno, mas o que havia eu fazer? Empregado público vivendo dêste cargo sem parente próximo a quem entregasse minha família, a minha resistência seria a desgraça de meus caros filhinhos. Convido o povo para também reconhecer o govêrno assim como Manuel Freire e Pe. Faustino Gomes. Parece que desta vez não escapará o nosso amigo Pimenta, pois consta que grande força seguiu para persegui-lo. Esta vai pelo escravo Lourenço a quem pode entregar a resposta. Ads. o teu Ir. pela R4 A. A. (1) — (a) Leandro Francisco Condurú. (3)

Damos, abaixo, a biografia de dois chefes revolucionários de 1817:

“JOSE FRANCISCO VIEIRA DE BARROS, natural da Baía, veio advogar causas na vila de Portalegre, consorciando-se ali com D. Antônia Fialho, pertencente a uma das mais illustres famílias daquela vila. Tomou parte ativa na revolução de 1817, sendo escolhido para fazer parte do Govêrno de André d’Albuquerque Maranhão. Foi prêso pelas forças do govêrno e remetido para a Baía (sua terra natal), onde esteve até as anistias gerais das Côrtes de Lisboa. Suicidou-se na vila de Portalegre, no ano de 1825”.

“DAVID TARGINI (4) — (David Leopoldo Targini) — Patriota da re-

volução de 1817, tendo papel saliente nos acontecimentos da vila de Portalegre. Diz-se que era natural da freguesia de Apodí. Chegará a Portalegre como enviado de seus correligionários da Paraíba e, conseguindo a adesão do padre João Barbosa Cordeiro, vigário da paróquia, publicou instruções de que era portador, organizando-se então um governo provisório, composto do dito vigário Cordeiro, tenente-coronel Leandro Bessa, sargento-mór Vieira de Barros, capitão Manuel Joaquim Palácios e tenente Felipe Bandeira de Moura, os quatro últimos da ordenança montada da vila. Esse governo, instalado a 10 de maio, dissolveu-se nove dias depois com a prisão de alguns dos seus membros e a fuga do padre Cordeiro. David Targini, que também se escapára, foi prêso, dias depois, na Capitania da Paraíba e remetido para a fortaleza do Barbalho, na Baía, em cujos cárcere faleceu, no ano de 1820". (5)

PORTALEGRE

(Colaboração valiosa e digna de especial registro são as Notas históricas, que nos foram gentilmente fornecidas pelo sr. dr. João Vicente da Costa, digníssimo Juiz de Direito da Comarca de Ceará Mirim, (1) e que transcrevemos na íntegra, com grata satisfação. Teremos, assim, o agradável ensejo de admirar, em síntese eloquente e bem fundamentada, um trabalho precioso sobre a história do nosso passado glorioso).

I — Devastamento do Território

1 — Os rios e as serras, pelas suas facilidades naturais, orientam os povoadores dos nossos sertões. Portuguezes, pernambucanos, etc., que fizeram o desbravamento do interior, no período de 1660 a 1680, de mais viva penetração após a guerra holandêsa, na Capitania do Rio Grande do Norte, alcançavam naquela época a — **Ribeira do Apodí**. Esta é a denominação geral dada a qualquer ponto do Território oeste norte-rio grande, a princípio, embora o rio se designe Panêma (Upanêma vem a ser depois o seu afluente Patú — Campo Grande) na data de terra concedida, em 1680, a Manuel Nogueira Ferreira e outros. Por isso, a Serra de Port' Alegre tem o nome inicial de Serra do Podí (de origem indígena), ou, melhor, Apodí, grafia usada pelo Juiz Reimão, na sentença de 1706, que confirmou a mesma data. Situarão-se, naquêles anos, os diversos colonos,

(1) Formaram essa Junta, que foi organizada no dia 10 de maio; o vigário João Barbosa Cordeiro, o tenente-coronel Leandro Francisco de Bessa, o sargento-mór José Francisco Vieira de Barros, o capitão Manuel Joaquim Palácios, e o tenente Felipe Bandeira de Moura.

(2) A força paraibana às ordens de Targini ia com instruções para reunir-se no Ceará a 800 homens de Pombal e de Souza, dirigidos pelo vigário José Ferreira Nobre, padre Luiz José Correia de Sá e seu filho o sargento-mór Francisco Antônio, e o capitão-mór Patrício José de Almeida. (V. Barão de Studart — **O movimento de 17 no Ceará, 15**).

(3) Joaquim Luiz Cavalcanti, filho do autor desta carta, que reside em Portalegre (já falecido) diz que estas lêtras são as iniciais de André de Albuquerque. N. do A.

(4) O cognome Condurú, macambira, chique-chique e jucá, que usaram os revoltosos eram senhas da revolução. N. do A.

(5) Dr. Antônio Soares — "Dicionário Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte".

(1) Atual desembargador do Egrégio Tribunal de Justiça, do Estado.

mais de vinte requerentes, por lugares mais ou menos próximos da lagôa de Itaú (Apodí) e da Serra de Apodí (Port'Alegre).

O genial brasileiro, Doutor Rui Barbosa teve de escrever, em notável trabalho forense: "Na antiga paróquia de Pau dos Ferros, conhecida também por Apodí, antes de creada a freguesia das Várzeas do Apodí, se incluía a povoação de Port'Alegre". E observou ainda que toda a ribeira riograndense do Apodí estava sob a jurisdição administrativa da Vila do Regente (Port'Alegre), nos prédomos de sua organização.

2 — Remontando, porém, ao devassamento da Serra de Port'Alegre, ou do Apodí, na sua designação primitiva, vê-se, em 1684, Manuel Nogueira com outros sesmeiros subir até ali, onde fincou **dormentes** para estabelecer a sua posse. Serra dos Dormentes é, assim, conhecida desde então, mais tarde Serra de Sant'Ana ou de D. Margarida de Freitas, e, por fim, denominada de Port'Alegre. Daquela ato não resulta, entretanto, nenhuma exploração ou construção outra no local. Conquanto as suas relações com os Tapuias nas visinhanças da lagôa de Apodí, são os Nogueiras forçados a lutas sangrentas, durante cêrca de um decênio da sublevação daqueles selvagens, em assaltos e perturbações como os das demais Capitânicas do Nordeste, nas zonas interiores.

3 — Só em 1730, D. Margarida de Freitas, filha de Manuel Nogueira, e que casou com Carlos Vidal Borromeu, português, irmão do sargento-mór Clemente Gomes de Amorim, nomeado (1741) Regente da Ribeira do Apodí, começou a firmar os seus domínios na Serra. Clemente e Carlos requerem a concessão de duas datas, a 1ª (1741) na planície da Serra dos Dormentes com dois olhos d'água, na distância de meia légua de um ao outro, e a 2ª (1749), em sobras daquela, dividida com a Serra do Martins, de concessão anterior — 1742.

Na posse das duas datas, como suessor da parte da do Regente, Carlos Vidal desenvolve por 1750, ano de inverno, as habitações, fundando a povoação na Serra, de onde já afastara em 1740 os índios Monxorós e Pêgas, procedentes do Upanêma. Colonizadores português e brasileiros encontram-se com alguns escravos e produções do Upanêma. Colonizadores portugueses e brasileiros encontra-se com alguns escravos e produções das diversas espécies de gado, que foram trazidos de Portugal para o Brasil, em plena atividade.

4 — Determinado pela Metrópole Portuguesa o estabelecimento dos índios da Capitania em pontos convenientes e sob administração civil, designa o Governador de Pernambuco para essa comissão o Juiz de Fora — Dr. Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco. Após ter assistido a missa solene, em 12 de junho de 1761, na Igreja da Povoação de Apodí, à margem da lagôa de Taú, convoca o Juiz de Fora os habitantes e dá-lhes ciência das ordens oficiais. Os índios da aldeia do Apodí vão ser vilados na Serra do Regente. Organiza-se festivo acompanhamento de quase oitenta famílias. E a 24 do aludido mês, encantado com os horizontes que divisa do alto da Serra, declara o Juiz de Fora a povoação serrana uma — Portalegre, nome de uma cidade portuguesa. Ei-lo de novo aí, conforme as instruções do edital de outubro do mesmo ano, para o objetivo de erigir a povoação à categoria de Vila e Freguezia, em 9 de dezembro de 1761. Procedida a demarcação da Vila, delimita o terreno de praças e ruas com toda Igreja no centro, assinando para o termo toda a freguezia antiga de Pau dos Ferros e então do Apodí, bem como o seu patrimônio e mais dispositivos. Instalado o Município com os seus vereadores, segue-se o início, a 6 de janeiro de 1762, da construção da Igreja, levantada nêsse ano pelo seu 1º vigário, Pe. Lourenço Xavier, a qual em reconstruções, a mais importante, em 1885, pelo Frei Venâncio, até os últimos serviços no templo, de ampla nave, por iniciativa do exmo. sr. bispo D. Jaime.

5 — Os moradores do Município aforam os terrenos de chã mais

apropriados à lavoura, enquanto que os índios vilados são removidos para os lugares declivosos da Serra. Suscita-se, em consequência, animosidade, sendo evidente o mau tratamento para com os índios. Quando em 1817 se desencadeia, por todo o Nordeste, o movimento republicano, de que a Vila de Portalegre com a povoação de Martins se afirma um centro de efervescência patriótica, promovem agentes do poder estultos perseguições aos selvícolas com prisões e recrutamentos. O aldeamento é abandonado, refugiando-se eles nos sertões cearenses. Mas, cessadas as agitações, regressam e só encontram destruição — os ranchos tinham sido queimados. Daí o assalto, em 1824, a Vila, no qual perdem a vida numerosas pessoas, atacantes e defensores, entre os quais o delegado de polícia — Bento Inácio de Bessa. O Presidente da Província, que na sua passagem pelo Recife, se informara do Gov. militar sobre a situação de desordens na Capital e muitos municípios, como nas Províncias confinantes, não só devido a nova revolução pernambucana, mas sobretudo pelos desastres das próprias administrações, logo chega ao Rio G. do Norte, oficia, dias depois (a 30 de março de 1825) ao citado Governador, quanto às providências contra os excessos. E adianta que, tendo sido prêsos “por queixas dos liberais” 13 homens (Tapuios), e conduzidos algemados para a cadeia da Capital, foram em caminho, ao pé da Serra de Portalegre, assassinados pelos ditos criminosos. Os índios sobreviventes fazem retiradas com suas famílias para os Cariris, de onde não mais voltam. Dentro em breve, é enviado um destacamento de linha com 30 praças e um oficial a Portalegre. O ambiente tranquiliza-se.

6 — Normalizada a vida, o trabalho rural prospera, tendo a impulsão o braço negro, “nações” ou tribos africanas, que, acompanhando os primeiros colonizadores portugueses, contribui de perto para o desdobramento do Município. A condição do negro não é tão estreita, humilhante ou opressiva quanto noutras zonas agrícolas. Ele dilue-se nos diferentes tipos de mestiçagem. Muitos senhores de escravos concedem-lhe alforria, não sendo raros em testamentos, escrituras, etc., os atos dessa espécie a favor daqueles que se caracterizam por melhores sentimentos e dedicação.

7 — Assim se origina e forma o Município de Portalegre. E' na ribeira a 1ª vila, como Apodí a 1ª Povoação, Martins a 1ª Comarca, Pau dos Ferros a 1ª Freguezia, a se multiplicarem em todas as suas direções e realizações, entre estas a mais ilustre — o Bispado de Mossoró.

8 — Data do estabelecimento de Carlos Vidal, português, casado com D. Margarida de Freitas, a gênese da colonização (1730), indicando-se pela tradição a visita, quase cincoenta anos antes, de Manuel Nogueira, natural da cidade de N. S. das Neves, de Paraíba, e povoador de Apodí.

O português concretiza o elemento de penetração decisiva e constitui por toda parte família, desenvolvendo a sociedade. Dêle é a obra de abastecimento d'água para todos os mistéres da cidade — a bica, em que assenta a fonte pública, para melhoramento da qual a lei provincial de 1836 destinava a verba de 200\$000. Há que sobrelevar-lhe, porém, a ação fundamental de inteligência, as demonstrações eficientes, a serviço de cargos ou comissões, a sua atividade construtiva nas letras, nas artes, no comércio, ou nos sítios de agricultura e criação. Os patriotas de 1817 aquêlê grupo de independentes as que inscreveram brilhante feito da história potiguar, numa idealização elevada, com o govêrno republicano de Portalegre e Martins — Pe. Gonçalo Borges de Andrade, Pe. João Barbosa Cordeiro, Caps. Leandro Bessa, Agostinho Pinto de Queiroz, Felipe Bandeira e tantos outros, trazendo da Baía, depois, onde alguns estiveram recolhidos, um espírito crescente de civilização, não defrontam, em meio a êsse movimento, nenhuma reação do peninsular identificado ou enraizado na terra colonial. Todos compreendem a sua missão e ninguém se envolve em lutas estéreis de pseudos democratismos ou maquivalismos.

PORTALEGRE E A INDEPENDENCIA DO BRASIL

Em seu capítulo XX — “No momento da Independência” — “A História do Rio Grande do Norte”, de Rocha Pombo, faz referência à atuação de relêvo que a vila de Portalegre desempenhou em face dos acontecimentos históricos, que motivaram, consequentemente, a emancipação política da nossa Pátria, em 1822. Vejamos:

“Havia já Inácio Borges (1) recebido comunicação da licença que pedira; e com o motivo de ausentar-se da provincia, justificou a providência, que deu como deliberação sua apoiada no exemplo de Pernambuco. Fez para isso lavrar (a 9 de novembro) edital convocando os eleitores de paróquia a reunirem-se em Natal; e como havia o ouvidor feito igual convocação para celebrar a Junta de Comarca no dia 3 de dezembro (1821), marcou logo aquêlê mesmo dia para a eleição da Junta Provisória. — Nêsse dia, perante a câmara em sessão, leu Inácio Borges “em alta voz a licença que havia obtido de S. A. Real para ir à cidade do Rio de Janeiro”, e declarou “que depunha de si” a autoridade que lhe havia sido conferida por El-Rei, entregando-a à Junta Provisória que ia ser eleita. — Retirou-se em seguida do recinto, para que a eleição se fizesse livremente. — Bem se vê que era mais um luxo de escrúpulo que escrúpulo legítimo. Inácio Borges tinha preparado tudo para a sua facção; e os que iam receber os sufrágios daquêlê eleitorado haviam sido por êle escolhidos. — Apresentaram-se, na verdade, muito poucos eleitores, havendo paróquias (como a da Vila do Príncipe, (2) a da Vila de Arês, a de Portalegre) que não se representaram por mais de dois eleitores, e até por um só, como aquêlê primeira. Mais isso em geral se explicava menos como protesto da facção oposta que pelas dificuldades com que de distritos mais afastados podia acorrer à capital. Aliás, só nesta paróquia é que se vê como houve realmente abstenção quase completa do partido português”.

No mesmo dia levou a câmara ao conhecimento da Junta Provisória o que tinha acontecido, dizendo-lhe que “pelos povos da cidade e pela força pública” fôra obrigada a formar um governo temporário, ao qual entregára a administração da provincia até que se elegesse uma Junta legal. No dia seguinte (8 de fevereiro) comunicou o Senado às demais câmara da Provincia aquêlêl as ocorrencias, marcando logo o dia 18 de março para eleição da nova Junta Provisória. Algumas câmaras (como as da Vila da Princeza, de Portalegre e do Príncipe) protestaram energicamente contra aquêlêl anárquicos processos, declarando que não reconheciam o que se acabava de fazer em Natal”.

“A Junta Provisória, subordinando-se ao governo do Rio, não disfarçou mais a sua fidelidade à causa nacional. Mesmo antes de 7 de setembro pode-se dizer que no Rio Grande já considerava como declarada a independência; pois, para a Junta Provisória teve essa alta significação o decreto de 3 de junho, pelo qual D. Pedro convocara uma Constituinte para o Brasil”. (3)

(1) — José Inácio Borges, então governador da Provincia e simpatizante da politica de D. Pedro, pela causa da liberdade dos brasileiros, que se manifestavam desobedientes às côrtes portuguesas.

(2) — Hoje, cidade do Caicó.

(3) — “E” o que se deprende de um officio da Junta à câmara de Portalegre, e no qual se lê: “Quando recebemos o Decreto do Soberano Congresso de Portugal, de 7 de junho do corrente ano sôbre a abolição dos impostos das carnes verdes, farinha de mandioca, sêlo de herança elegados, como também das decimas das casas em que residem os proprietários que por sua pobreza não as possam pagar, acompanhado o referido decreto pela Carta de Lei de Sua Magestade Constitucional de 9 do dito mês e ano,

PORTALEGRE NA REVOLUÇÃO DE 1824

Ainda o consagrado historiador brasileiro Rocha Pombo, assim descreve:

“A câmara de Portalegre que preponderava no sertão do Apodí, tornou-se um centro de agitação, que não deixou mais momento de sossego aos que em Natal se disputavam a preeminência política na província. Parecia uma liga formal contra a Junta Provisória, e dominando toda aquela extensa e rica zona, e alargando a sua influência pela contígua do Seridó — todo o interior da província, portanto. Não tendo alcançado que se creasse, como reclamara (1), um batalhão de primeira linha, para guarnecer aquela região, resolveu a câmara de Portalegre, de acordo com as outras que apoiavam, prover a própria defesa por meio de voluntários, com que pudessem contar em qualquer eventualidade. E' preciso mesmo atribuir a essa decidida attitude das câmaras daquêles sertões algumas continências que ainda guardavam os facciosos da Junta Provisória e da câmara de Natal”.

E no Capítulo XXII — “Até à abdição” — diz o referido escritor em sua História:

“Para a presidência do Rio Grande do Norte foi nomeado o dr. Manuel do Nascimento Castro e Silva.

De caminho para Natal, ciente já das condições em que ia assumir a administração, entendeu-se Castro e Silva em Recife com o brigadeiro governador militar, pedindo-lhe dinheiro e soldados. Mas Lima e Silva não o pdeu satisfazer. — Ao chegar à capital riograndense, sentiu Castro e Silva toda a verdade das informações que tinha colhido. Assim que foi empossado (a 21 de março de 1825), dirigiu-se outra vez a Lima e Silva, expondo-lhe o estado de anarquia e penúria em que encontrara a província, e reiterando-lhe com muitas instâncias o pedido de auxilio de dinheiro e em forças militares. (2) Desculpou-se ainda o brigadeiro, alegando que Pernambuco ainda se via em piores condições por falta de recursos. De modo que nem dinheiro nem soldados.

(1) — “A câmara de Portalegre requereu ao Governo Geral a criação de linha. O Governo mandou o reclamo à Constituinte. A comissão de Força Pública foi de parecer que enquanto não se regulasse definitivamente a distribuição de tropas no império, não convinha crear corpos avulsos”.

(2) — “Em officio de 30 de março ao brigadeiro Lima e Silva, dizia o presidente: “Pela cópia nº 1 verá V. Excia. o estado anárquico do interior desta província, achando-se com as autoridades, e o governo sem forças para coibir tais excessos. Além das setenta mortes que têm hayido no termo de Portalegre, occorreu ainda há pouco o seguinte: sendo prêsos 13 homens por queixas dos liberaes, e conduzidos para esta capital, saíram-lhes a caminho os mesmos que tinham requerido a prisão, supõe-se macunados com a mesma escolta, e passaram a fio de espada todos os prêsos, que tinham sido do número dos fiéis súditos que defenderam os direitos magestáticos e a integridade do império, pois tal é a sorte aqui dos imperiaes — furtos, ferimentos, insultos e pancadas”. — Não se sabe se esta história está bem contada. Aquêles três homens eram **Tapuios**, que os imperiaes haviam posto em campo contra os republicanos, e que natu-

já havíamos recebido o decreto de 3 do mesmo mês, em que S. A. R. o Príncipe Regente e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil declara a Independência dêste Reino, mandando instalar nêle uma Assembléia constituinte e legislativa: motivos estes que nos induzem a levar êste negocio à real presença de S. A. R. para deliberar...”, etc”.

“... De Portalegre (Vila do Regente) recebiam-se contínuas notícias dos grandes alaridos em que andavam todos os povoados dos distritos limítrofes com o Ceará e mais vizinhos do Piauí, que se dizia “infestados de bandos de ladrões e facinorosos”. O que mais alarmava o presidente eram uns clamores de “gente má”, dando os liberais ou anarquistas “como de volta aos seus lares e amparados pelas próprias autoridades locais. Ora, o que se dava não era mais do que isto: os que se haviam comprometido na revolução, e que andavam foragidos, entenderam agora que deviam aproveitar-se da anistia geral concedida aos revolucionários pernambucanos. Alguns dêles foram mesmo reintegrados nos emprêgos públicos que ocupavam antes da revolução. Na sua curteza de vistas e cega intolerância, julgou Castro e Silva que tanta pressa e sem-cerimônia não eram menos que irreverência com a majestade agravada; e pediu informações aos juizes, e à câmara, que, entendia êle, estava assumindo cumplicidade principalmente com Leandro Francisco Cavalcanti, “o maior dos anarquistas daquela vila”, pois “havia até tomado armas contra o imperador”. A câmara confirmou sem rebuço às denúncias, mas defendendo o empregado readmitido e outros antigos rebeldes. Não quiz Castro e Silva perder aquêle magnífico ensejo de novas demonstrações do seu idealismo: expediu para Portalegre um destacamento de linha sob as ordens de um “oficial hábil, prudente e são”, queria dizer “dos seus”. — Essa pequena força nada achou que fazer naquela vila; e teve o presidente, com as mesmas razões com que a expedira, de mandar que se recolhesse a Natal... Não quiz, no entanto, perder a oportunidade de pedir, ainda uma vez, ao governador das armas de Pernambuco que lhe enviasse logo dois destacamentos, um para Portalegre, e outro para a Vila da Princeza. Como de outras vezes, não obteve nem resposta”.

ralmente não se haveriam recomendado muito pelos seus bons instintos, açulados galhardamente pelos patronos. Parece que a prisão daquêles homens tinha mais por fim protegê-los que puni-los. Ao saber do massacre dos miseros, ordenou logo o presidente que se abrisse devassa contra os matadores. O juiz ordinário, porém, não teve cerimônias, nem usou de circunlóquios: respondeu-lhe que tinha medo de fazer isso, porque as mortes “foram feitas por uma porção de homens furiosos”. — De um officio de Antonio Fernandes Pimenta ao presidente Castro e Silva se vê que os índios faziam correrias por todo o sertão, assaltando engenhos e viajantes, etc. A propósito das 70 mortes no distrito de Portalegre, dizia o juiz ordinário que nenhuma devassa tinha aberto “com medo de que cresça o número de bandidos, pois — completava — dentro de minha própria casa já mataram um”. E avisava que fazia a participação com aquela franqueza para “V. Ex” ficar na intelligencia de que não sou desobediante às leis, e nem omisso em as cumprir, sinto temor da morte é a causa de não ter cumprido minhas obrigações”. (Officio de 4 de março de 1825 do Ouvidor pela lei).

(3) — “A câmara — escreveu o presidente ao ministro da Justiça — sem provimento meu, por seu livre arbitrio, reintegrou no seu officio o escrivão Leandro Francisco Cavalcanti, o maior dos anarquistas daquela vila, que até marchou com tropas; e finalmente o desmacarado apoio que observo nas autoridades da dita vila com os facciosos, dando atestados e informando-me falsamente das suas condutas quanto sobejamente estão aprovadas de revolucionárias à vista de escritos seus...” etc. (Officio de 17 de julho de 1825).

PORTALEGRE RELIGIOSO

"Nota — Devemos esclarecer que a data da criação de cada paróquia, à qual obedece a ordem adotada, não tem nada a ver com a data da fundação dos municípios.

Assim, por exemplo, o município de Portalegre ocupa, com o de Ceará Mirim (ambos criados em 6 de junho de 1755) o primeiro lugar por antiguidade de, no Estado, depois do de Natal, fundado em 1599.

Entretanto, a fundação da paróquia de Portalegre, que se deu em 1761, é posterior às de Assú e Pau dos Ferros, embora estes municípios fossem criados, respectivamente, em 1788 e 1856". — (Reynaldo de la Paz — "A Diocese de Mossoró", pág. 122).

"A data da fundação da Matriz, é desconhecida, mas sabe-se que o templo foi edificado no lugar que, para tal fim, fôra doado por D. Margarida de Freitas. A freguezia foi criada em 9 de dezembro de 1761". (1)

Eis os vigários que administraram esta freguezia, segundo o livro mais velho existente na Matriz:

Pe. João Chrisóstomo Pôrto Brasil	1832-1843
Pe. Pedro Leite Pinto	1847-1854
Pe. João Francisco dos Santos Monteiro	1854-1864
Pe. Isidro Alvares da Silva	1864-1865
Pe. Raimundo José de Queiroz	1882-1883
Pe. Anunciato Lesvídio	1883-1884
Pe. José Paulino Duarte da Silva	1884-1886
Pe. Antônio Dias da Cunha	1886-1887
Pe. Manuel Campos	1897-1898
Pe. Joaquim Cyrillo de Sá	1898-1901
Pe. Abdon Milebeu Lima	em 1901
Pe. Leôncio Fernandes da Costa (encarregado)	1902-1904
Pe. Lúcio Gomes Gambarra	1904-1905
Pe. Tertuliano Fernandes (encarregado)	em 1905
Pe. Misael de Carvalho	1905-1907
Pe. Lúcio Gomes Gambarra	1907-1908
Pe. Tertuliano Fernandes	1908-1912
Pe. Misael de Carvalho	1912-1914
Pe. Manuel Galvão	em 1914
Pe. Esmerindo Gomes da Silva	1914-1916
Pe. Benedito Bazílio Alves	1916-1917
Pe. Manuel Galvão	1917-1920
Pe. João Soares Bilar	1920-1921
Pe. Aarão Andrade	1921-1923
Pe. Carlos Theisen	1923-1925
Pe. José Scholl	1925-1926
Pe. Francisco Scholz	1926-1935
Pe. Carlos Theisen (vigaro encarregado)	1935-1938

(1) — A tradição oral é unânime em afirmar que a primeira igreja (ou por outra a igreja que existiu também outróra na cidade) ficava por detrás do edificio da Prefeitura Municipal, entre a rua Cel. Rodolfo Fernandes e rua Marechal Deodoro, dedicada a N. S. de Santana e S. João dos Cabóculos, e mandada construir por D. Margarida de Freitas. Informam ainda, pessoas dignas de crédito, que ao se fazerem excavações naquelas proximidades, são retirados dali, esqueletos e ossadas humanas, restos dos que tiveram seu túmulo no interior do antigo templo demolido...

Pe. Valentim Ginter	1939-1941
Pe. José Biensinger (adm. por pouco tempo), jan. de	1942
Pe. Carlos Theisen (vigário encarregado) desde	1942

CAPELAS

“Capela do Taboleiro Grande, benzida em 1930. Padroeiro, S. Sebastião — Capela da Tezoura, benzida em 1927. A padroeira é a Sagrada Família — Capela do Riacho da Cruz, benzida em 1918. Padroeiro, Sagrado Coração de Jesús — Capela de São José, benzida em 1937. Padroeiro, S. José — Capela da Viçosa, benzida em 26 de julho de 1938. Padroeira, N. S. do Perpétuo Socorro — Capela de “S. Francisco” — Fazenda São Francisco — Benzida em 1913.

“Todos os anos celebram-se na Matriz as seguintes festas: da Padroeira, de São João e do Coração de Jesús”.

VISITAS PASTORAIS:

- Em 1921 S. Excia. D. Antônio dos Santos Cabral
- Em 1925 S. Excia. D. José Pereira Alves
- Em 1936 S. Excia. D. Jaime de Barros Câmara

SANTAS MISSÕES:

“De 29 denovembro até 4 de dezembro de 1938, pregaram as Santas Missões os Revdmos. P. P. Lazaristas: João Reyntges, Thiago Zuvarthoed e Roberto Pladet”.

ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS:

“Há um centro do Apostolado da Oração, na Matriz, e a Associação de Santa Terezinha, que tem 1 zelador e 15 zeladores, com muitos associados com séde na Paroquia e nas capelas da mesma.

As sessões do Apostolado e de Santa Terezinha, realizam-se no mesmo dia da missa dominical”. (A maior parte dos dados referentes ao movimento religioso, foi retirada do livro — “A Diocese de Mossoró”, 1939, por Reynaldo de la Paz).

SEMINÁRIO FERIAL

Acha-se em construção na cidade de Portalegre um magestoso edificio que há de servir como seminário de férias e residencia paroquial à Diocese de Mossoró.

Iniciativa feliz de S. Excia. D. Jaime de Barros Câmara, então bispo diocesano e atual Arcebispo do Rio de Janeiro, as obras em aprêço têm merecido o franco apôio e a colaboração moral e material dos bons portalegrenses.

S. Excia., quando de sua última visita àquele meio, em 7 de dezembro de 1941, teve o ensejo de num gesto bellissimo e louvável, contribuir, pessoalmente, com a importância de 5:000\$, em dinheiro, como auxílio a essa realização digna dos melhores encômios e que trará de certo incalculáveis benefícios ao aprazível lugar que êle tanto preza.

RELAÇÃO DOS PREFEITOS QUE ADMINISTRARAM O MUNICÍPIO DE 1930 ATE' A PRESENTE DATA

VICENTE DO RÊGO FILHO, em 1930.

ANTONIO DE FREITAS NOBRE, assumiu o govêrno municipal, a 7 de outubro de 1930. Administrou até 31 de dezembro de 1933. O município deve-lhe assinalados e importantísimos melhoramentos, graças ao seu espírito empreendedor.

MARCELINO NOBRE FILHO — Como secretario, esteve no exercício de Prefeito, na falta dêste, de 1º de janeiro a 4 de fevereiro de 1934.

MANUEL DE FREITAS NOBRE — Desta data até 30 de setembro do referido ano de 1934.

PEDRO ALCANTARA DE FREITAS, 1º de outubro a 31 de dezembro de 1934.

ANTONIO DE FREITAS NOBRE, nomeado a 1º de janeiro de 1935, governou até 31 de outubro do mencionado ano.

RAIMUNDO RODRIGUES TORRES, de 1º de novembro de 1935 até 12 de junho de 1937. Foi próspero, feliz e realizador o seu govêrno. Espírito progressista, patriota entusiasta, amante da justiça e defensor das direitos da sua gente, é êle merecedor da gratidão e da administração de Portalegre que muito lhe deve do seu atual desenvolvimento.

MANUEL DE FREITAS NOBRE, empossado pelo Meretríssimo Snr. Juiz de Direito da Comarca, no dia 13 de julho de 1937, cargo a que ascendeu por escrutínio eleitoral, sua proveitosa administração vai desde aquela data até os nossos dias. Durante o seu governo Portalegre tem passado por uma série de renovações e melhoramentos. Convém salientar os seguintes trabalhos: o rebaixamento das calçadas e o alinhamento das ruas da cidade, a construção do Matadouro Público, limpeza e conservação da fonte pública, conservação das estradas e a iluminação pública à electricidade, em andamento. Construção da estrada de rodagem, mandada fazer pelo Govêrno Estadual, nas ladeiras da serra e que dará acesso à cidade, até então desprovida de melhoramento de tamanho vulto. (Nota — Hoje, tornado realidade).

NOTAS DIVERSAS

Testemunhas oculares de alguns fatos históricos do passado, memórias-vivas e reveladoras de verdades em face dos principais movimentos que empolgaram a vida política e social do velho município sertanejo, temos também os nossos historiadores orais e sinceros, espécies de "homens-arquivos" de que fala o escritor Câmara Cascudo.

Francisco Balaio, que conta mais de 87 anos de idade, descreve com precisão admirável os acontecimentos políticos desenrolados por ocasião das eleições ocorridas na Matriz de Portalegre, em que se degladiavam nas urnas os dois partidos "Nortista" e "Sulista", e em que perderam a vida José Marcolino de Bessa e o prêto João Ricarte, que foram assassina-dos a baioneta e a tiros de granadeira.

O snr. Augusto de Paiva Cavalcanti, filho do falecido Joaquim de Paiva Cavalcanti e irmão de Laurindo de Paiva Cavalcanti, um dos melho-res administradores do Município naquele tempo, e residente no sítio "Fechado", confirma aquelas tragicas ocorrências, acrescentando que a então guarda da vila era comandada pelo Cap. João Ferro de Moraes Navarro, sendo autores do referido assassinio, os soldados de nome Manuel Ferreira e Manuel Baracho.

O snr. Augusto de Paiva, a quem tive a honra de visitar no dia 20 de setembro de 1941, na companhia de seu digno genro e meu amigo Augusto Mafaldo de Oliveira, é de natureza sensibillíssima: Ao ser êle por

mim interrogado sobre o *Portalegre do seu tempo*, começou a dizer sentir-se transportado a um passado longínquo e saudoso, naquele momento, e tão sensível era o seu temperamento que, à alutra da conversação, as palavras eram entrecortadas por estranha comoção. Hesitava um pouco. Agora... era a sua voz abafada e interior, que se manifestava, em íntimos colóquios com o coração. E alma e coração parece que se identificavam o se confundiam naquela hora de gratas recordações... depois... vi descerem dos ângulos de seus olhos tristonhos e anuviados pela velhice, duas pérolas em forma líquida. Eram as lágrimas da saudade que rolavam vagarosas e expressivas ao longo de suas faces enrugadas. Falou-nos do seu primeiro professor Francisco Manuel dos Santos, verdadeira personificação do mestre-escola, a quem conhecera em 1864.

Contou-nos ainda o snr. Francisco Balaio, que "a antiga casa de armas, onde eram guardados os bacamartes, facões, granadeiras, etc., ficava no local onde é hoje a casa de residência do snr. José Joaquim de Souza, na cidade". "O antigo cruzeiro que se vê em frente à Matriz, primitivamente fôra plantado no chão, no meio da mata, no local que fica nas proximidades da casa de residência do snr. Manuel de Freitas Nobre". "O pelourinho ficava no lugar da atual casa de propriedade do snr. Francisco Epifânio Ribeiro, à rua Cel. Rodolfo Fernandes". A primitiva igreja que tinha como padroeiro São João dos Cabôclos, era situada no local que fica por detrás do edifício da Prefeitura Municipal". "A antiga cadeia é a atual casa de detenção, no andar térreo da Prefeitura, que é uma sólida construção cujas paredes são de pedras." Adiantou-nos o mesmo snr. que preso naquele tempo "chiava"... (sofia). "Os prêsos desciam por uma escada para o porão imundo e escuro, quando não eram atirados pela única porta que se levantava no pavimento superior do velho sobrado, escada abaixo, aos borbotões".

CURIOSIDADES E INSCRIÇÕES LAPIDARES

No dia 20 de setembro de 1914, estive na "Baixa do Arroz" no "Fechado". Ali tive a oportunidade de conhecer um sinal curioso feito no chão, ao lado da casa de residência do snr. Aduato de Paiva. Era um ladrinho em pedra e com forma circular, tendo mais ou menos um metro de diâmetro. Não estava perfeito em virtude de alguém haver retirado dali algumas pedras. Deram-me notícia de que noutros pontos do município também existiam os referidos vestígios, como sejam na "Passagem Limpá", nas proximidades do rio Apodí, etc. Os portalegrenses atriguem aos indígenas a confecção daquêlê trabalho curioso, como que quisessem convencionar com êle, lugares certos para suas reuniões, concentrações, confabulações...

Na fazenda S. Pedro", de propriedade do snr. Joaquim de Paiva Cavalcanti, pude observar a presença de algumas inscrições lapidares ou simplesmente traços inexpressivos feitos a ferro ou a pedra cortante, numa enorme lage que fica encravada dentro do referido sítio, cousa talvez sem importância.

Informado de que nas "Tôrres", lugar que dista uns 3 quilômetros da cidade, lado leste, havia "algo de misterioso", para lá me dirigí afim de constatar as "inscrições" porventura existentes num lagedo ("A pedra do letreiro"). Para vê-lo de perto tive que penetrar numa gruta ou cavidade feita na rocha bruta, onde só se podia entrar deitado, por uma apertada passagem. Não obstante, e ávido por copiar ou decifrar o enigma do tesouro, ali penetrei. A abertura da gruta, pelo lado do nascente, alargava-se, deixando vêr o panorama longínquo do sertão imenso e o imenso abis-

mo que ali mesmo começava. Confesso com franqueza que não seria eu dos primeiros a entrar naquela morada de gatos e mocós, tamanho o risco que se me apresentava. Mas, depois que vi mergulhar três dos meus companheiros de averiguações na **gruta histórica**. (Gabriel de Souza, Antônio de Zé Pedro e Joca Macário), não vacilei por mais tempo. Fui o quarto dos visitantes da pequena caverna que, apesar de oferecer estreita entrada, interiormente era abobadada, facilitando, assim, o movimento corporal dos **improvisados trogloditas**. Nada vi de extraordinário e digno de especial menção, porém o que tenho a revelar é que numa das paredes laterais da gruta, estavam visivelmente delineados uns traços ou sinais que tinham certa analogia com o nosso **m e n**.

Achei as "Tôres" um recanto pitoresco que poderá merecer mais tarde a visita de alguns turistas audaciosos ou de exploradores aventureiros.

MOVIMENTO DA BIBLIOTECA E DO MUSEU NO MES DE JANEIRO DE 1952

CONSULTAS		AQUISIÇÕES (Doação)		
Livros		Rev., Bol.	Livros	Folhetos
0—Generalidade	122	—	—	—
1—Filosofia	5	—	—	—
2—Religião	4	—	—	—
3—Ciências Sociais	6	—	—	—
4—Filologia	6	—	—	—
5—Ciências Puras	7	—	—	—
6—Ciências Aplicadas	5	—	—	—
7—Belas Artes	—	—	—	—
8—Literatura	141	—	—	—
9—Historia e Geografia	23	—	—	—
	<hr/>			
	319			
Português	318	Volumes em 31-12-51		5.568
Inglês	1	Aquisições em Janeiro		—
Volumes cons. a domicilio	319	Total em 31-1-1952		5.568
BIBLIOTECA INFANTIL		(Em 31-12-1951		194
		Aquisições em Janeiro		—
		Total em 31-12-1952		194
MOVIMENTO DOS LEITORES		(de 1-10-1948 a 31-1-1952)		
NACIONALIDADE		SEXO	IDADE	
2.613 brasileiros		1.413 homens Maiores		1.698
4 holandeses		1.206 mulheres Sec. Juvn.		921
		<hr/>		<hr/>
1 português		2.619		2.619
1 americano				
<hr/>				
2.619				
PROFISSÕES: — (As dez profissões que deram maior numero de leitores foram:) 1.563 estudantes — 412 domesticas — 103 aux. do comercio — 57 comerciaros — 47 funcionarios publicos — 43 sapateiros — 33 professoras — 30 operarios — 28 militares — 22 aux. de escritorio.				
NUMERO DE LEITORES EM 31-12-1951				2.594
Inscrições em Janeiro de 1952				25
				<hr/>
Total em 31-1-1952				2.619
VISITA AO MUSEU			40	

ÍNDICE

Ano IV	
Número 44	Página
31 de Janeiro de 1952	
A Serviço de Mossoró, XVI	1
“Portalegre” — Assis Silva	3
Movimento da Biblioteca e do Museu no mês de Janeiro de 1952	24